

Desculpa diplomática

O presidente Fernando Henrique Cardoso alegou problemas internos que o prendariam ao Brasil para adiar a visita que faria a Angola, entre 14 e 16 de julho, a caminho de Lisboa, onde deverá estar no dia 17. Trata-se de típica desculpa diplomática. Nada há programado para aqueles três dias que exija a presença do presidente. Tanto assim que ele estará em Lisboa no dia 17, para assinar o acordo de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O presidente não vai a Angola e faz muito bem. Sua presença lá, neste particular momento, poderia ser interpretada como um aval aos atuais desdobramentos da crise angolana, o que seria constrangedor para o Brasil. Este tipo de preocupação não é privilégio de Brasília. O presidente Nelson Mandela cancelou a visita que faria a Luanda em 11 de julho sob o mesmo pretexto: problemas internos o impediriam de se ausentar da África do Sul.

No caso da África do Sul as cautelas se justificam pela necessidade de fazer esquecer um passado de intervenções na guerra civil angolana, ao tempo do regime do apartheid, e também porque Mandela precisa construir na região um clima de confiança política que possibilite melhores relações comerciais no sul da África.

Os interesses do Brasil são ligeiramente distintos. Ao contrário da África do Sul, o governo brasileiro apoiou o MPLA desde a independência. Há meses, quando se decidiu constituir a CPLP, o Brasil desistiu da primeira-secretaria-geral do organismo para ceder gentilmente a vez a Angola. A gentileza talvez tenha sido excessiva. Brasília deu a um país dilacerado pela guerra civil e a um governo que não controla totalmente seu território e não consegue implementar o acordo de paz assinado com a Unita o prestígio de estruturar a tão sonhada comunidade. Tal gesto, acompanhado de uma visita oficial de dois dias a Luanda, ao fim dos quais o presidente angolano seguiria no avião de seu colega brasileiro para Lisboa, seria fatalmente interpretado como apoio incondicional ao regime de José Eduardo dos Santos.

A tradição legalista do Itamaraty leva o Brasil a reconhecer e apoiar o governo do MPLA, mas isso, como aos poucos parece que vai aconte-

cendo, não precisa ser feito de maneira apaixonada e com entrega total. Há espaço para o respeito aos princípios e para alguma sábia pressão sobre um governo de país amigo. A paz em Angola, afinal, depende muito de algumas iniciativas do governo. Recentemente, José Eduardo dos Santos trocou o ministério e fez algumas reformas econômicas. A corrupção que se instalou no país, no entanto, está profundamente enraizada, assim como a inflação, que anda por volta dos 3.000%. Além disso, José Eduardo dos Santos mantém-se intransigente diante da realidade política de seu país e, portanto, incapaz de implementar os termos do Acordo de Lusaka, assinado há mais de ano e meio, que está dando a segunda oportunidade de paz e entendimento a Angola.

A realidade não é agradável ao MPLA. A Unita controla metade do território de Angola. As zonas produtoras de café e diamantes estão em poder da Unita, garantindo a Jonas Savimbi os recursos para manter sua própria administração e seu eficiente exército. O MPLA fica com o petróleo, mas tem acesso restrito às regiões produtoras de alimentos, isoladas por 15 milhões de minas terrestres.

Fazia 18 meses, o governo do MPLA tinha as melhores condições para cumprir o Acordo de Lusaka, assimilando parte das tropas da Unita no exército nacional e dissolvendo a força res-

tante de Jonas Savimbi. José Eduardo dos Santos quis usar o tempo a seu favor, contando com a derrocada da Unita. No mês passado, Santos teve de fazer mudanças no governo, cancelar uma viagem ao Japão e controlar a insatisfação popular nas ruas. Savimbi, ao contrário, está mais forte do que nunca, ou tão forte quanto sempre.

Desde que o Brasil enviou para Angola um contingente para integrar as forças de paz da ONU, aquele país encabeça nossos interesses externos. Desde a independência Brasília apóia o governo do MPLA, cujo projeto evidente sempre foi a empolgação e a manutenção do poder, à semelhança de modelos ideológicos caducos. Já passa da hora de reduzir o entusiasmo com a experiência socialista angolana e examinar alternativas. E se o presidente deve ir a Angola, que seja para visitar as tropas brasileiras lá estacionadas.



■ Antonio Carlos Pereira é editorialista do "Estado"

É hora de reduzir o entusiasmo com a experiência socialista de Angola e analisar alternativas